

Brasil encerra G20 com foco em transição energética

Brasil e Reino Unido lançam Aliança Global para Energia Limpa

Por Gabriela Gallo

A 19ª Cúpula do G20 (grupo das 19 maiores economias do mundo, mais União Africana e União Europeia) foi marcada por discurso contra desigualdade, avanço no combate às mudanças climáticas e transição energética – visando a Conferência do Clima da ONU (COP 30), marcada para acontecer no Brasil, em Belém (PA), em 2025. No último dia do evento que tomou conta do Rio de Janeiro, na terça-feira (19), o Brasil “passou o bastão” para a África do Sul, país que sediará a próxima Cúpula do G20.

O Brasil na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começou a presidir a Cúpula do G20 ainda em 2023, na Índia, e desde então adotou três pilares centrais para serem debatidos nos encontros. São eles firmar acordos para: combater a fome e a pobreza global (lançada oficialmente pela Aliança Global contra a Fome e a Pobreza); a reforma da governança global, na intenção de trazer maior representatividade para países emergentes em órgãos internacionais – como a sugestão de reforçar o Conselho de Segurança da ONU; e a sustentabilidade e enfrentamento às mudanças climáticas.

Energia Limpa

Pouco após o fim do G20, o presidente Lula e o Primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, lançaram a Aliança Global para Energia Limpa. A medida foi anunciada um dia após o Brasil firmar uma parceria com a Argentina de energia renovável, no qual o Brasil importará gás natural argentino.

De acordo com as autoridades, em um artigo enviado à Folha de São Paulo, a Aliança Global para Energia Limpa visa triplicar a capacidade de produção de ener-



Brasil “passa o bastão” para a África do Sul

gia renovável e duplicar a eficiência energética até 2030, “como foi preconizado no Global Stocktake, um balanço global da ONU para acompanhar os progressos realizados no âmbito do Acordo de Paris”. “O mundo está fora da rota certa para atingir suas metas climáticas. Precisamos limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C, no máximo”, reiterou o documento.

A medida fora adiantada pelo presidente brasileiro durante o G20. Na sessão que tratou de desenvolvimento sustentável e transição energética, o mandatário convocou os países desenvolvidos do G20 a adiantarem, em até dez anos, as metas de neutralidades climáticas inicialmente previstas para 2050, como forma de combater o aquecimento global e as mudanças climáticas.

“Aos membros desenvolvidos do G20, proponho que antecipem suas metas de neutralidade climática de 2050 para 2040 ou até 2045. [...] Sem assumir suas responsabilidades históricas, as nações ricas não terão credibilidade para exigir ambição dos demais”, afirmou Lula.

Economia

Para o Presidente do Instituto Monitor da Democracia e Conselheiro da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) Márcio Coimbra, o Brasil conseguiu deixar um legado no G20 com os debates e alternativas para o combate da fome e da desigualdade mundial, especialmente com a formação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Todavia, o cientista político avalia que falta para o Brasil firmar políticas globais para atrair investimentos e fortalecer a economia. Ele cita como exemplo o chamado “instrumento de avaliação de investimento estrangeiro”. O modelo, adotado por diversos países que integram o G20, consiste na criação de políticas de revisão na recepção de investimento externo em setores importantes da economia desses países. A proposta é promover a diversificação econômica e evitar que setores estratégicos estejam concentrados exclusivamente com empresas de um único país. Além disso, a medida também visa impedir que grupos ligados ao crime organizado usem

o investimento como lavanderia de recursos ilícitos.

“Hoje, praticamente todos os países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] aprovaram legislações neste sentido. O resultado foi amplamente favorável, fortalecendo essas economias, uma vez que passaram a receber mais recursos saudáveis, evitando a entrada de capitais sujos e indesejados, oriundos do crime organizado. Além disso, foi possível blindar setores estratégicos da economia de uma preocupante dependência predatória, que abre caminho para uma perigosa influência externa”, afirmou.

“O saldo da reunião do G20, portanto, pode ir além dos encontros entre autoridades e do fortalecimento de canais de diálogo importantes entre as nações. É importante que o Brasil tenha liderado este processo e concretizado a discussão de sua agenda. Porém, é também nossa responsabilidade ir além da agenda do G20 e aproveitar este intercâmbio para adotarmos políticas importantes para nosso país, que já são realidade nas nações mais desenvolvidas do bloco”, completa Coimbra.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ministro abre o olho para evitar perdas

Haddad emperra tramitação da PEC das Igrejas

Mais uma vez, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entrou em campo para tentar garantir a ida de recursos para os cofres públicos. Foi graças a pressões exercidas por ele que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), retirou de pauta a proposta de emenda constitucional do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) que aumenta a isenção fiscal de

religiões e templos. Pela proposta, igrejas e suas organizações assistenciais e beneficentes ficarão livres de impostos na “aquisição de bens e serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços”. O projeto também beneficia sindicatos, partidos políticos e escolas e entidades de assistência social sem fins lucrativos.

Recuo

Sempre preocupado com o poder da bancada e do eleitorado evangélico, o governo já tinha sinalizado que, apesar da nova sangria, não iria tentar criar obstáculos para a aprovação do projeto — apenas deputados do Psol vinham criticando a proposta no plenário.

Grana dos fiéis

A Fazenda, porém, fez o alerta: a PEC abriria margem para não fossem recolhidos impostos sobre a compra de material e contratação de mão de obra para obras que viessem a ser feitas com dinheiro de fiéis de igrejas. É o tema que, agora, ocupa as discussões.

Roque de Sá/Agência Senado



Senador admite que setores queriam “ação invasiva”

Para Marinho, diálogos não incriminam Bolsonaro

Líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN) reconhece a existência de um grupo na sociedade, alguns deles, integrantes das Forças Armadas, que queriam o que classifica de “ação invasiva” — segundo a Polícia Federal, assassinatos de autoridades.

Já o presidente da CPI, senador Dr. Hiran (PP-RR), reforçou que os trabalhos da comissão devem ser conduzidos com responsabilidade, sem espetacularização. Em sua fala, o parlamentar salientou o fato de que a apuração não está contra e nem a favor do governo. “Esta CPI é a favor da sociedade, que está adoecendo por conta da falta de regulamentação desta atividade. Não vamos espetacularizar nada aqui. Vamos fazer tudo com muita responsabilidade e com a seriedade que o caso requer”, afirmou.

do setor agrava problemas econômicos e de saúde pública. Jogadores compulsivos recorrem a empréstimos informais, enquanto recursos financeiros saem do mercado nacional, segundo a parlamentar. “Muitas (famílias) estão indo à bancarrota. Todo esse recurso está saindo do Brasil. São bilhões de reais que estão saindo do nosso comércio e do setor de serviços”, apontou Soraya.

Já o presidente da CPI, senador Dr. Hiran (PP-RR), reforçou que os trabalhos da comissão devem ser conduzidos com responsabilidade, sem espetacularização. Em sua fala, o parlamentar salientou o fato de que a apuração não está contra e nem a favor do governo. “Esta CPI é a favor da sociedade, que está adoecendo por conta da falta de regulamentação desta atividade. Não vamos espetacularizar nada aqui. Vamos fazer tudo com muita responsabilidade e com a seriedade que o caso requer”, afirmou.

Próximos passos

A agenda da comissão inclui novas oitivas com representantes do governo, da polícia e do setor privado. Além disso, os senadores pretendem aprofundar a investigação sobre a expansão das apostas online no Brasil e suas conexões internacionais. A CPI foi instalada em 12 de novembro e tem prazo de funcionamento até abril de 2025.

divulgado, não há como incriminar o ex-presidente Jair Bolsonaro. Ressalta que, num dos diálogos, um dos suspeitos, o coronel da reserva Reginaldo Vieira de Abreu, usa um palavrão para combater a possibilidade de articulações dentro das “quatro linhas da Constituição” tão citadas pelo então presidente.

Aloprados

“Vamos aguardar o desdobramento das informações, parece ato de aloprados, a gente só sabe de pedaços”, diz o senador para o Correio Bastidores. Para ele, os fatos não comprometem a discussão de uma anistia para acusados e condenados por tentativas golpistas.

Comissão

Segundo Marinho, não há como tratar do projeto este ano, apenas em 2025. Classifica a comissão especial criada por Lira como uma oportunidade de discutir, por exemplo, penas aplicadas. Também questiona a legitimidade de ministros do STF serem vítimas e julgadores.

Servidores

Adversário da mudança na escala de seis dias de folga por um de trabalho, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) decidiu preparar uma espécie de vingança: criar uma emenda constitucional que reduz também a jornada de trabalho dos servidores públicos.

Retornados

No livro “Os retornados”, Carlos Fonseca trata de tema pouco explorado por aqui: o destino de ex-escravizados no Brasil que retornaram à África. No Benin, esteve com descendentes do traficante Francisco Félix de Souza, que enriqueceu com o comércio negreiro.

CPI das Bets no Senado aprova convocação de influenciadores

Saulo Cruz/Agência Senado

Por Mateus Lincoln

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal que investiga os esquemas de apostas Bets aprovou a convocação de novos depoimentos para a comissão. Entre os convocados estão influenciadores digitais, empresários do setor de apostas online e representantes do governo federal. Na sessão da última terça-feira (19), a CPI aprovou 170 requerimentos, incluindo convocações, convites e pedidos de informações. Segundo a Agência Senado, o objetivo é investigar a influência das apostas online no Brasil e suas possíveis ligações com práticas ilícitas, como lavagem de dinheiro e organização criminosa. A primeira oitiva será na próxima terça-feira (26 de novembro) com Fernando Oliveira Lima, identificado como responsável pelo “jogo do tigrinho”.

A apuração envolverá personalidades famosas. Nomes famosos na internet e nas redes sociais como Deolane Bezerra, Wesley Safadão, Jojo Todynho e Tirulipa estão entre os influenciadores convocados para prestar esclarecimentos. De acordo com a relatora da CPI, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), os convocados terão direito ao silêncio e à assistência jurídica durante os depoimentos. A parlamentar também declarou esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) não conceda habeas corpus que impeçam os convocados de comparecer às oitivas, medida já adotada em outras investigações.



CPI examina o impacto dos patrocínios de plataformas de apostas esportivas

Investigações estaduais

A CPI busca o compartilhamento de dados da Operação “Integration”, da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE), que apura a lavagem de dinheiro em jogos ilegais. Essa investigação resultou no indiciamento de algumas celebridades, como o cantor Gustavo Lima. Para o senador Humberto Costa (PT-PE), conforme divulgou a Agência Senado, esses dados podem acelerar os trabalhos da comissão e revelar o impacto econômico e social das plataformas de apostas.

Além de influenciadores, a comissão convocou representantes de empresas de apostas, como Marcela Campos, sócia da Esportes Gaming, e Darwin Silva, dono da empresa Caminho da Sorte. Outros requerimentos incluem empresários ligados a plataformas financeiras que, supostamente, facilitam operações ilícitas no setor.

Convites

A CPI também aprovou convites a ministros e dirigentes de órgãos públicos. Entre eles, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. O colegiado quer esclarecimentos sobre políticas regulatórias para o setor e possíveis falhas no monitoramento de atividades financeiras ligadas a apostas.

Pedidos de informação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) foram aprovados para acessar relatórios sobre movimentações suspeitas de empresas e pessoas físicas vinculadas às plataformas investigadas.

Regulamentação

Durante a reunião, Thronicke destacou o impacto das apostas no orçamento das famílias brasileiras. Ela afirmou que a falta de regulamentação